

O Custo-aluno No Ensino Médio Público No Brasil: Resultados de Uma Pesquisa de Campo

Miguel Juan Bacic

Resumo:

O presente texto apresenta os resultados de pesquisa de campo que determinou o custo-aluno ano do ensino médio em 71 unidades escolares de 7 Estados do Brasil. Foram definidos e agrupados dois grandes grupos de custo. Tomando a escola como objeto de custo existem os custos diretos da escola e os custos indiretos da escola. Custos diretos da escola são todos aqueles diretamente identificáveis com a unidade escolar (salários de docentes e do pessoal alocado na escola, material e serviços gastos na escola). Custos indiretos da escola são os demais custos relativos a atividade de suporte e de controle educacional que apóiam o conjunto de escolas (custos das delegacias e da administração de todo o sistema escolar). A pesquisa realizada demonstrou a existência de fortes diferenças regionais no custo por aluno ano. Considerando os extremos, observa-se que a diferença chega a 97% no caso dos custos diretos. Dado que o maior item de custo é o salário, a diferença nas remunerações regionais é o principal fator que explica o diferencial custo-aluno. Porém devem ser levantados fatores adicionais importantes tal como o número de alunos por classe, o peso das atividades administrativas, de direção, de apoio e de manutenção e limpeza. A gestão destes fatores possibilitaria uma otimização do custo-aluno sem necessidade de pressionar salários de docentes. As informações obtidas possibilitarão ao administrador público melhores elementos para planejar a alocação dos recursos, necessários para enfrentar a demanda crescente por ensino de segundo grau no Brasil.

Área temática: *A Mensuração de Custos no Setor de Serviços*

**O CUSTO-ALUNO NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO NO BRASIL:
RESULTADOS DE UMA PESQUISA DE CAMPO
TRABALHO 11.049**

Resumo

O presente texto apresenta os resultados de pesquisa de campo que determinou o custo-aluno ano do ensino médio em 71 unidades escolares de 7 Estados do Brasil.

Foram definidos e agrupados dois grandes grupos de custo. Tomando a escola como objeto de custo existem os custos diretos da escola e os custos indiretos da escola. Custos diretos da escola são todos aqueles diretamente identificáveis com a unidade escolar (salários de docentes e do pessoal alocado na escola, material e serviços gastos na escola). Custos indiretos da escola são os demais custos relativos a atividade de suporte e de controle educacional que apóiam o conjunto de escolas (custos das delegacias e da administração de todo o sistema escolar).

A pesquisa realizada demonstrou a existência de fortes diferenças regionais no custo por aluno ano. Considerando os extremos, observa-se que a diferença chega a 97% no caso dos custos diretos. Dado que o maior item de custo é o salário, a diferença nas remunerações regionais é o principal fator que explica o diferencial custo-aluno. Porém devem ser levantados fatores adicionais importantes tal como o número de alunos por classe, o peso das atividades administrativas, de direção, de apoio e de manutenção e limpeza. A gestão destes fatores possibilitaria uma otimização do custo-aluno sem necessidade de pressionar salários de docentes.

As informações obtidas possibilitarão ao administrador público melhores elementos para planejar a alocação dos recursos, necessários para enfrentar a demanda crescente por ensino de segundo grau no Brasil.

Palavras-chave: custo aluno ensino médio, custo educação, custos setor público.

O CUSTO-ALUNO NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO NO BRASIL: RESULTADOS DE UMA PESQUISA DE CAMPO

Introdução

Este trabalho mostra os resultados de pesquisa de campo realizada com o objetivo de determinar o custo-aluno por ano do ensino médio de 71 unidades escolares (UEs) que fazem parte de sete estados do Brasil: Bahia (BA), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraná (PR), Pernambuco (PE) e São Paulo (SP) e Goiás (GO).

O trabalho corresponde a um projeto de pesquisa que visa determinar o custo-aluno do ensino público em seus diferentes níveis. Em artigo anterior (BACIC e CARPINTÉRO, 1998) apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa, onde era ressaltada a importância institucional da determinação do custo-aluno e eram discutidos os aspectos mais relevantes sobre o método para determinar o custo-aluno. Em outro artigo (CARPINTÉRO e BACIC, 2001, mostramos os resultados obtidos com o levantamento de dados em 103 unidades do ensino fundamental, em 6 diferentes Estados do país.

A preocupação com a determinação do custo-aluno do ensino fundamental consta na Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que indica em seu Art. 74 que “a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade”.

Na legislação, o cálculo do custo-aluno é tratado no parágrafo único do artigo citado que explicita : “O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino”. Por esta razão, um sistema de informações adequado ao caso brasileiro, deve incluir dados sobre gastos e custos a partir de uma metodologia de apuração de custos que possibilite comparar sob bases compatíveis o custo-aluno por nível de ensino e região do país.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1996 levou a necessidade de estabelecer parâmetros para a complementação de recursos para possibilitar a equalização dos gastos a partir de um valor mínimo por aluno/ano, objetivando a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público. O uso de um parâmetro mínimo de gastos para referenciar as mudanças necessárias no ensino, levou a necessidade de checar o número utilizado uma vez que ele resultou de uma relação efetuada a partir de dados agregados relativos ao financiamento da própria educação.

O valor do gasto mínimo/aluno/ano, estabelecido em 1996, em R\$ 300,00 serviu como referência para a criação do fundo e o repasse dos recursos/gastos públicos com a educação fundamental. Porém, no momento de sua própria criação, estabeleceu-se que a distribuição dos recursos deveria passar a considerar a diferenciação de custo por aluno, segundo níveis de ensino e tipos de estabelecimento, adotando-se metodologia de cálculo e as correspondentes ponderações de acordo com seus diferentes componentes.

Desta forma, tornou-se importante discutir, desenvolver e aplicar metodologia para cálculo do custo-aluno, por nível de ensino e por esfera de governo; isto exige a necessidade de cálculo através de metodologia adequada que reflita as diferenças existentes nos vários níveis de ensino e tipos de escolas na rede pública de ensino nas várias regiões e unidades da federação.

Não há preocupação na LDB no referente à determinação o custo-aluno do ensino médio, dado que este nível de ensino não faz parte do ensino fundamental. Porem, a forte demanda social pela expansão do ensino médio coloca pressão sobre a alocação de recursos públicos, que deverão se direcionar forçosamente em direção ao financiamento desta modalidade de ensino. A informação sobre qual é o custo por aluno por ano do ensino médio, é de extrema utilidade para o planejamento da necessidade futura de recursos para a área de educação nas esferas federal e estadual.

2. Metodologia Para a Determinação do Custo-Aluno

O modelo sugerido para a determinação do custo-aluno possibilita:

- Determinar o custo-aluno por série de cada escola.
- Determinar o custo-aluno médio de cada escola.
- Determinar o custo total de cada escola.
- Determinar o custo das principais atividades da escola.
- O controle e a análise de custos.

Foram definidos e agrupados inicialmente dois grandes grupos de custo. Tomando a escola como objeto de custo existem os custos diretos da escola e os custos indiretos da escola. Custos diretos da escola são todos aqueles diretamente identificáveis com a unidade escolar (salários de docentes e do pessoal alocado na escola, material e serviços gastos na escola). Custos indiretos da escola são os demais custos relativos a atividade de suporte e de controle educacional que apóiam o conjunto de escolas (custos das delegacias e da administração de todo o sistema escolar).

A identificação e registro dos custos diretos de cada unidade escolar obedeceram a um plano de contas, de forma a possibilitar a montagem de uma estrutura de custos da unidade escolar padronizada e comparável. Foi usado o seguinte plano de contas:

Tabela 1 –Contas para levantamento do Custo Direto da Unidade Escolar

CONTAS	DESCRIÇÃO
SALÁRIOS	
Pessoal com atividade em aula	
Atividade em sala de aula	Salários, previsão férias, décimo-terceiro e encargos do empregador correspondentes as horas em sala de aula dos docentes, que efetivamente

	trabalham na UE.
Reuniões e preparação de aulas	Salários, previsão férias, décimo-terceiro e encargos do empregador correspondentes as horas dedicadas a reuniões, preparação de aulas e outras atividades dos docentes, que efetivamente trabalham na UE.
Pessoal sem atividade em aula	
Direção	Salários, previsão férias, décimo-terceiro e encargos do empregador: diretor, vice-diretor, coordenador, orientador, que efetivamente trabalham na EU.
Afastados	Salários, previsão férias, décimo-terceiro e encargos do empregador, do pessoal afastado em caráter temporário..
Administração	Salários, previsão férias, décimo-terceiro e encargos do empregador: secretárias, assistentes administrativos, assistente de serviços operacionais, atendente escolar, oficial de serviços gerais, escrevente, mecanógrafo, bibliotecária, etc, que efetivamente trabalham na UE.
Apóio ao ensino	Salários, previsão férias, décimo-terceiro e encargos do empregador: inspetor de alunos, auxiliar disciplina, que efetivamente trabalham na EU
Manutenção e limpeza	Salários, previsão férias, décimo-terceiro e encargos do empregador, inclusive do pessoal contratado pela APM: servente, faximeira, auxiliar limpeza, etc, que efetivamente trabalham na UE.
Outros	Salários, previsão férias, décimo-terceiro e encargos do empregador, porteiro, segurança, guarda, cantineiro, zelador, etc.
CONTAS	
Água, Luz, Fone, IPTU	Valor anual da conta.
DEPRECIACÃO	
Prédio	Depreciação do prédio determinada em função da área construída, avaliada em R\$ 455,00 o m ² e depreciado em 25 anos, o que gera um custo anual de Depreciação de R\$ 18,20 por m ² ao ano.
Conjuntos escolares	Depreciação das carteiras em 10 anos, avaliadas em R\$ 50,00 ^o que determina um custo anual de depreciação de R\$ 5,00 por ano por carteira.
Computador	Depreciação dos computadores em 5 anos, avaliados em R\$ 2000,00 o que gera um custo anual de depreciação de R\$ 400,00 por ano.
DESPESAS	
Material de consumo	Despesas com material de consumo, considerando tanto as fontes oficiais, como a arrecadação da UE como da APM.
Material permanente	Despesas com material permanente, considerando tanto as fontes oficiais, como a arrecadação da UE como da APM.
TRANSPORTE	Gastos com transporte pagos pela UE.
ALIMENTACÃO	Gasto com material e com salários e encargos pessoal dedicado a produzir refeições para os alunos.

GASTOS NÃO REALIZADOS POR INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS	Representam gastos não realizados por falta de recursos. São estimativas da Direção.
Gastos correntes não realizados	
custo com reformas (parcela do ano)	

Cabe observar que ao levantar os valores gastos com salários, foram excluídos os docentes, que mesmo estando formalmente alocados na unidade escolar (UE) não exerciam atividade na mesma e foram incluídos os docentes que desempenhavam atividades e que recebiam seu salário por meio de outra UE. Esta política visa possibilitar a determinação mais realista do custo-aluno da Escola.

No caso de gastos com reformas necessárias e não realizadas, foi estimado seu custo total e considerada como custo a parcela do ano segundo depreciação estimada.

No referente aos custos indiretos a tabela a seguir mostra os itens de custo coletados:

Tabela 2 – Contas para Levantamento do Custo Indireto das Unidades Escolares

ITENS	DESCRIÇÃO
Pessoal	total de salários e encargos sociais anuais com pessoal ligado à secretaria de educação e outros órgãos que não prestam serviços nas escolas
Custeio	total de gastos de custeio da estrutura da secretaria e órgãos de apoio

3. Desenvolvimento da Pesquisa

A definição dos Estados pesquisados e das unidades escolares pesquisadas, obedeceu a critérios estatísticos, que procuraram representatividade nacional a partir do segregação dos estados por faixas de salário médio dos docentes e pela seleção de unidades escolares representativas, no tocante a várias tais como número de alunos, existência ou não de biblioteca e de laboratório de informática. Todas as unidades pesquisadas forma urbanas, dado que não há unidades dedicadas ao ensino médio localizadas em regiões rurais.

Os dados dos custos diretos foram coletados em formulários padronizados e tabulados em planilha de cálculo. Os valores das contas correspondem aos verificados em cada UE no ano de 2000. Os valores de salários são do ano de 2001. As visitas foram realizadas por equipes de pesquisadores durante os meses de agosto a outubro de 2001.

Foram computados todos os gastos realizados pela unidade escolar, independentemente de sua fonte: recursos federais, estaduais, municipais, doações, verbas diversas obtidas de forma autônoma pela UE, recursos da Associação de Pais em Mestres, etc.

Os custos diretos foram coletados usando uma estrutura padronizada, procurando-se cuidadosamente separar os custos correspondentes ao ensino médio dos custos do ensino fundamental.

A partir da checagem dos levantamentos efetuados e dados obtidos analisou-se a consistência das informações prestadas, e obteve-se, para cálculo do custo-aluno por ano no ensino médio da rede estadual, informações consolidadas para 71 unidades escolares.

Os dados referentes aos custos indiretos foram obtidos a partir de visitas às Secretarias Estaduais de Educação.

4. Custos Diretos : Resultados Obtidos

Nesta parte apresentam-se os resultados obtidos, tanto no referente ao custo direto, como no referente ao custo indireto.

4.1. Custo Direto da Escola por Aluno por Ano

Os dados básicos que compõem os custos diretos das unidades pesquisadas estão apresentados nos dois quadros a seguir.

O quadro 1 apresenta os valores médios de algumas variáveis importantes das Unidades Escolares dos diversos Estados pesquisados:

Quadro 1: Informações sobre as Unidades Escolares

VARIÁVEL (VALORES MÉDIOS)	ESTADO						
	PE	PA	GO	BA	MG	PR	SP
Alunos por unidade de ensino (todas as séries)	1.709,67	2.808,20	1.582,55	3.496,80	2.326,67	1.603,60	1.268,90
Alunos por unidade de ensino (ensino médio)	856,33	1.549,10	735,55	2.905,30	1.653,56	724,60	872,10
Docentes por unidade de ensino (todas as séries)	37,11	73,10	43,91	88,90	71,11	44,10	42,10
Docentes por unidade de ensino (ensino médio)	25,11	53,50	28,09	70,70	71,11	26,40	34,70
Média funcionários na direção e coordenação	4,33	7,20	8,18	10,50	4,00	6,80	3,90
Média funcionários na administração	19,44	47,40	25,45	40,90	37,89	22,20	11,00
Alunos/funcionários administração	87,93	59,24	62,17	85,50	61,41	72,23	115,35
Horas em aula dos docentes ensino médio (por UE)	55,62	78,72	97,35	103,03	72,38	70,62	47,81
Média de alunos por docente ensino médio	35,91	29,17	24,20	43,58	25,21	27,13	25,80
Média de alunos por classe ensino médio	45,63	47,95	36,68	46,41	37,67	37,99	41,63
Custo salarial docente médio por hora	2,95	4,67	3,29	5,11	6,32	8,03	8,13
Horas docente por aluno ensino médio	1,55	2,70	4,02	2,36	2,87	2,60	1,85
Custo salarial docente x hora docente por aluno	4,56	12,61	13,22	12,08	18,15	20,90	15,06

Observa-se que a Bahia tem as maiores Unidades de Ensino. O Estado de São Paulo apresenta a maior relação alunos/funcionário da administração (isto pode representar maior eficiência administrativa). A média de alunos por docente de ensino médio é maior na Bahia. Pernambuco, Pará e Bahia apresentam a maior média de alunos por classe, o que contribui para que tenham um custo-aluno mais reduzido. Pernambuco e Goiás têm o menor custo-hora docente. O maior custo-hora é de Paraná e São Paulo.

O quadro a seguir resume os custos de cada unidade escolar pesquisada por Estado:

Quadro 2 - Custo Direto por Aluno Ano (em R\$)

Unidade Escolar	ESTADO						
	PE	PA	GO	BA	MG	PR	SP
1	229,48	238,47	672,76	419,09	374,40	529,45	424,67
2	637,71	279,15	382,16	219,17	958,52	802,45	575,00
3	278,00	358,13	467,98	527,82	488,04	519,28	760,61
4	305,81	268,51	507,88	806,90	543,26	513,30	511,70
5	351,86	427,21	425,13	325,48	457,08	911,46	455,03
6	311,07	400,30	577,26	727,12	615,92	511,73	747,68
7	392,49	381,52	466,58	466,69	645,55	517,04	509,10
8	342,77	407,58	438,58	439,05	796,38	589,83	812,83
9	278,16	350,30	484,16	540,63	484,23	504,69	645,60
10	223,35	182,60	409,50	578,14	623,87	629,74	486,35
11			702,92				

A análise dos dados do quadro 2 mostrou que as Unidades Escolares de número 2 dos Estados de Pernambuco e Minas Gerais apresentavam um comportamento atípico: os custos apurados ficavam significativamente fora da distribuição normal. Por esta razão estas duas Unidades Escolares foram excluídas da análise. Quanto a Unidade Escolar 5 do Estado de Paraná, observou-se que a Direção arbitrou um valor atípico, extremamente elevado de Gastos não Realizados por Insuficiência de Recursos. Substituindo esse valor, pelo valor médio declarado nas outras Unidades Escolares do Estado, o custo aluno tornou-se próximo ao custo das outras Unidades Escolares do Estado do Paraná.

O quadro 3 mostra os resultados após os ajustes realizados e o custo médio por Estado:

Quadro 3 - Custo Direto por Aluno Ano (em R\$) por UE e por Estado após ajustes

UNIDADE ESCOLAR	ESTADO						
	PE	PA	GO	BA	MG	PR	SP
1	229,48	238,47	672,76	419,09	374,40	529,45	424,67
2		279,15	382,16	219,17		802,45	575,00
3	278,00	358,13	467,98	527,82	488,04	519,28	760,61
4	305,81	268,51	507,88	806,90	543,26	513,30	511,70
5	351,86	427,21	425,13	325,48	457,08	647,87	455,03
6	311,07	400,30	577,26	727,12	615,92	511,73	747,68
7	392,49	381,52	466,58	466,69	645,55	517,04	509,10
8	342,77	407,58	438,58	439,05	796,38	589,83	812,83
9	278,16	350,30	484,16	540,63	484,23	504,69	645,60
10	223,35	182,60	409,50	578,14	623,87	629,74	486,35
11			702,92				
MÉDIA	301,44	329,38	503,17	505,01	558,75	576,54	592,86
CONJUNTO	CONJUNTO 1		CONJUNTO 2		CONJUNTO 3		

É possível observar 3 grandes conjuntos de resultados: o primeiro conjunto composto por Estados com custo-aluno direto por ano em torno de R\$ 300,00: PE e PA; o segundo conjunto formado por Estados com custo-aluno em torno de R\$ 500,00: GO e BA; e finalmente o terceiro conjunto com Estados que apresentam um custo-aluno por ano entre R\$ 550,00 e R\$ 600,00: MG, PR e SP.

Os Quadros 4 e 5 mostram os valores dos distintos elementos dos custos diretos e sua participação percentual.

Quadro 4 - Componentes do Custo Direto por aluno por ano. Média por Estado (em R\$)

COMPONENTE DE CUSTO	PERNAMBUCO	PARÁ	GOLÁS	BAHIA	MINAS GERAIS	PARANÁ	SÃO PAULO
SALÁRIOS	233,94	297,75	426,86	387,14	496,96	506,22	483,36
Pessoal com atividade em aula	124,44	191,14	288,16	270,52	326,66	336,12	274,33
Atividade em sala de aula	91,77	191,14	215,45	211,99	242,75	314,59	238,08
Reuniões e preparação de aulas	32,67	-	72,71	58,53	83,91	21,52	36,24
Pessoal sem atividade em aula	109,50	106,61	138,70	116,62	170,30	170,10	209,04
Direção	26,85	29,26	59,48	39,77	28,79	79,33	85,61
Afastados	1,40	3,82	6,93	12,32	42,83	15,86	24,67
Médicos/dentistas e assemelhados	-	-	-	-	-	-	-
Administração	16,51	20,96	27,24	34,61	41,40	34,91	45,79
Apóio ao ensino	19,73	25,24	4,99	4,63	5,38	14,76	19,51
Manutenção e limpeza	41,35	14,42	34,32	24,75	51,91	25,11	31,36
Outros	3,65	12,91	5,72	0,53	-	0,13	2,09
	-	-	-	-	-	-	-
CONTAS	12,41	9,22	9,65	22,64	16,61	14,00	36,34
Água	3,61	3,01	3,98	15,90	9,44	6,22	22,30
Luz	5,25	5,79	5,66	5,30	4,75	6,60	12,54
Fone	1,75	0,43	0,01	0,86	2,36	1,18	1,50
IPTU	1,79	-	-	-	0,06	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
DEPRECIACÃO	22,58	17,13	29,66	25,25	30,00	34,18	49,17
Prédio	19,98	15,32	27,55	23,52	28,04	32,43	46,56
Computador	2,60	0,88	0,68	3,46	2,97	3,09	4,66
Conjunto escolar	2,60	1,81	2,10	1,73	1,97	1,75	2,61
	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS	30,90	2,80	20,52	12,11	9,00	14,77	23,18
Material de consumo	29,80	2,62	16,96	9,55	7,37	13,37	11,25
Material permanente	1,10	0,17	3,56	2,56	1,63	1,40	11,93
	-	-	-	-	-	-	-
GASTOS NÃO REALIZADOS POR INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS	1,62	2,48	16,48	57,87	6,18	7,38	0,81
Gastos correntes não realizados	0,65	0,52	15,41	54,77	5,71	5,23	0,70
Custo com reformas (parcela do ano)	0,97	1,96	1,07	3,10	0,47	2,15	0,11
TOTAL	301,44	329,38	503,17	505,01	558,75	576,54	592,86

Quadro 5- Participação no Custo Direto total por aluno por ano. Média por Estado (em %)

COMPONENTE DE CUSTO	PERNAMBUCO	PARÁ	GOLÁS	BAHIA	MINAS GERAIS	PARANÁ	SÃO PAULO
SALÁRIOS	77,61	90,40	84,83	76,66	88,94	87,80	81,53
Pessoal com atividade em aula	41,28	58,03	57,27	53,57	58,46	58,30	46,27
Atividade em sala de aula	30,44	58,03	42,82	41,98	43,45	54,57	40,16
Reuniões e preparação de aulas	10,84	0,00	14,45	11,59	15,02	3,73	6,11
Pessoal sem atividade em aula	36,33	32,37	27,56	23,09	30,48	29,50	35,26
Direção	8,91	8,88	11,82	7,88	5,15	13,76	14,44
Afastados	0,46	1,16	1,38	2,44	7,66	2,75	4,16
Médicos/dentistas e assemelhados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	5,48	6,36	5,41	6,85	7,41	6,06	7,72
Apóio ao ensino	6,54	7,66	0,99	0,92	0,96	2,56	3,29
Manutenção e limpeza	13,72	4,38	6,82	4,90	9,29	4,36	5,29
Outros	1,21	3,92	1,14	0,10	0,00	0,02	0,35
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTAS	4,12	2,80	1,92	4,48	2,97	2,43	6,13
Água	1,20	0,91	0,79	3,15	1,69	1,08	3,76
Luz	1,74	1,76	1,12	1,05	0,85	1,14	2,11
Fone	0,58	0,13	0,00	0,17	0,42	0,20	0,25
IPTU	0,59	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPRECIACÃO	7,49	5,20	5,89	5,00	5,37	5,93	8,29
Prédio	6,63	4,65	5,48	4,66	5,02	5,62	7,85
Computador	0,86	0,27	0,13	0,69	0,53	0,54	0,79
Conjunto escolar	0,86	0,55	0,42	0,34	0,35	0,30	0,44
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	10,25	0,85	4,08	2,40	1,61	2,56	3,91
Material de consumo	9,88	0,80	3,37	1,89	1,32	2,32	1,90
Material permanente	0,36	0,05	0,71	0,51	0,29	0,24	2,01
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GASTOS NÃO REALIZADOS POR INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS	0,54	0,75	3,28	11,46	1,11	1,28	0,14
Gastos correntes não realizados	0,22	0,16	3,06	10,84	1,02	0,91	0,12
Custo com reformas (parcela do ano)	0,32	0,60	0,21	0,61	0,08	0,37	0,02
TOTAL	100,00						

5. Custos Diretos :Análise dos resultados

5.1. Análise dos resultados do conjunto 1

Este conjunto é composto pelos Estados de PE e PA. Apresentam o menor custo aluno dentro dos Estados pesquisados. PE tem um custo direto médio por ano de R\$ 301,44 e PA de R\$ 329,38..

A estrutura do custo direto por ano do aluno do ensino médio figura no Quadro 4. É possível observar o custo-aluno desdobrado em seus diversos componentes. A análise de participação no custo total mostra (Quadro 5), nos dois Estados em análise, que os salários tem a maior participação, notando-se porem diferenças entre os dois Estados.

No caso de PE, os salários giram em torno de 78% do custo aluno, chamando a atenção o importante peso relativo dos salários do Pessoal sem Atividade em Aula, aproximadamente 37%, ficando 41% para o Pessoal com Atividade em Aula. No PA os salários representam em torno de 90% do custo total, correspondendo quase 60% ao Pessoal em Atividade em Aula e aproximadamente 30% ao Pessoal sem Atividade em

Aula. Ou seja, no Estado do PA a relação é de R\$ 2,00 gastos em salário com Pessoal com Atividade em Aula para R\$ 1,00 gastos com Pessoal sem Atividade em Aula. Em PE esta relação cai para R\$ 1,2 aproximadamente.

A maior vantagem de custo de PE comparativamente ao Estado do PA encontra-se no menor salário pago por hora aos docentes. Porém esta vantagem é parcialmente perdida com custos maiores de Depreciação, de Contas e de Despesas e com o custo maior de Pessoal sem Atividade em Sala de Aula.

Em conclusão, PA, mesmo tendo um custo aluno superior, consegue administrar melhor o custo, pagando melhor aos docentes e controlando melhor os demais itens de custo.

5.2. Análise dos resultados do conjunto 2

Este conjunto é composto pelos Estados de GO e BA . Estes Estados apresentam um custo intermediário dentro do universo pesquisado. GO tem um custo direto médio ano de R\$ 503,17 e BA de R\$ 505,01.

A análise de participação dos diversos itens de custo no custo total mostra, nos dois Estados em análise, que os salários tem a maior participação, notando-se menores diferenças entre os dois Estados, comparativamente ao caso anterior. Assim em GO os salários representam em torno de 85% do custo total, correspondendo quase 60% ao Pessoal em Atividade em Aula e aproximadamente 25% ao Pessoal sem Atividade em Aula. As Contas (água, luz e fone) representam 2% do custo total e a depreciação 6%.

No caso da BA, os salários giram em torno de 77% do custo aluno, sendo quase 55% destinado ao Pessoal com Atividade em Aula e 23% ao Pessoal sem Atividade em Aula.

No Estado de GO a relação é de R\$ 2,40 gasto em salário com Pessoal com Atividade em Aula para R\$ 1,00 gasto com Pessoal sem Atividade em Aula. Na BA esta relação é praticamente a mesma (2,39). Na BA as Contas e a Depreciação tem a mesma importância no custo, 5% cada uma.

5.3. Análise dos resultados do conjunto 3

Este conjunto é composto pelos Estados de MG, PR e SP . Apresentam o maior custo dentro dos Estados pesquisados: MG tem um custo direto médio por ano de R\$ 558,75, PR de R\$ 576,54 e SP de R\$ 592,86.

Estes Estados são os que pagam melhor aos professores, com destaque para PR e SP que apresentam um custo salarial docente superior a R\$ 8,00 por hora.

A análise da participação dos diversos itens de custo no custo total mostra, nos três Estados em análise, que os salários tem a maior participação, notando-se poucas diferenças na importância salarial dentro do custo total. No entanto observam-se diferenças significativas na relação Salários de Pessoal em Aula / Salários Pessoal sem Atividade em Aula..

Assim em SP os salários representam em torno de 82% do custo total, correspondendo quase 47% ao Pessoal em Atividade em Aula e aproximadamente 35% ao Pessoal sem Atividade em Aula. As Contas (água, luz e fone) representam 6% do custo total e a depreciação 8%.

No caso do PR, os salários giram em torno de 83% do custo aluno, sendo quase 55% destinado ao Pessoal com Atividade em Aula e 28% ao Pessoal sem Atividade em Aula. As Contas absorvem 2% do custo total e a Depreciação quase 6%.

Em MG os salários representam 89% do custo total sendo 60% destinado ao Pessoal com Atividade em Aula e 29% ao Pessoal sem Atividade em Aula. As Contas são 2% do custo total e a Depreciação 5%.

No Estado de SP a relação é de R\$ 1,30 de gasto em salário com Pessoal com Atividade em Aula para R\$ 1,00 gasto com Pessoal sem Atividade em Aula. No PR e MG esta relação é maior (R\$ 2,00), indicando uma menor carga da estrutura indireta sobre a direta nestes dois Estados comparativamente a SP.

6. Custo Indireto por Aluno por Ano

O Quadro 6 a seguir, apresenta o levantamento do custo indireto do aluno, ou seja, custo de funcionamento da estrutura de ensino existente em cada Estado pesquisado, e referente ao custo de funcionamento da estrutura administrativa e de apoio, composta por secretaria, diretorias e órgãos de apoio, existente em cada uma das regiões.

Este custo foi apurado a partir do levantamento dos seguintes itens, de gastos e rede administrada pelas secretarias estaduais de educação:

- a) total de salários e encargos sociais anuais com pessoal ligado à secretaria de educação e outros órgãos que não prestam serviços nas escolas;
- b) total de gastos de custeio da estrutura da secretaria e órgãos de apoio;
- c) total de gastos de custeio das escolas administradas pela secretaria;
- d) total de gastos com investimentos da secretaria;
- e) total de escolas administradas pela secretaria;
- f) total de alunos matriculados na rede administrada pela secretaria.

O objetivo era o de padronizar as informações a serem levantadas e permitir a comparação entre as distintas áreas pesquisadas. No entanto, a não contabilização dos gastos públicos de forma padronizada, e a inexistência de contas desagregadas em outros casos, levou a que não se tornasse possível a obtenção dos dados na forma desejada. Isto levou a necessidade de trabalhar com dados extremamente agregados, o que impossibilita uma visão mais analítica dos dados obtidos.

Quadro 6 - Custos Indiretos da estrutura

ESTADO	DESPESAS			No. ALUNOS	CUSTO INDIRETO
	PESSOAL (1)	CUSTEIO (2)	TOTAL (3)	matriculados (4)	POR ALUNO (5)
	R\$	R\$	R\$		R\$
PERNAMBUCO	12.549.735,73	146.133.455,83	158.683.191,56	945.298	167,87
PARÁ	22.357.825,75	7.305.189,50	29.663.015,25	819.029	36,22
GOIÁS	49.583.902,51	55.939.137,85	105.523.040,36	899.049	117,37
BAHIA	33.492.519,61	54.366.906,86	87.859.426,47	1.759.239	49,94
MINAS GERAIS	177.700.000,00	22.700.000,00	200.400.000,00	2.853.153	70,24
PARANÁ	58.345.549,68	195.813.426,97	254.158.976,65	1.467.365	173,21
SÃO PAULO	92.100.000,00	584.500.000,00	676.600.000,00	6.136.037	110,27
(1) Total de gastos efetuados com salários e encargos sociais anuais do pessoal ligado à S.E. e outros órgãos que não prestam serviços nas escolas:					
(2) Total de gastos de custeio da estrutura da secretaria					
(3) Total de gastos da estrutura de apoio, pessoal mais custeio = (1) + (2)					
(4) Total de alunos matriculados na rede administrada pela secretaria					
(5) Custo Indireto por Aluno / Ano = (3) / (4)					

O valor do custo indireto por aluno apresentado no Quadro 6 resultou da relação entre os itens (a) e (b) do levantamento (Salários com Encargos mais Custeio da estrutura de apoio) dividido pelo item (f), número de alunos matriculados na rede estadual. Os dados foram fornecidos pelas próprias Secretarias de Educação.

A comparação dos custos indiretos da estrutura da Secretaria e órgãos de apoio de cada Estado com o custo direto por aluno e com o custo total por aluno por ano, pode ser vista no Quadro 7 a seguir.

O Quadro mostra o peso relativo deste custo estrutural na composição do custo total do aluno do ensino médio em cada Estado pesquisado. A relação do custo indireto com o custo direto e a participação relativa do custo indireto no custo total do aluno por ano oscilou da seguinte forma no conjunto estudado: em Pernambuco a participação foi de 56% do custo direto e 36% do total, ou seja, os custos indiretos da estrutura neste Estado representam a maior participação relativa do custo indireto da estrutura entre os Estados pesquisados; no Estado do Pará sua participação ficou em 11% do custo direto e 10% do custo total do aluno. Em Goiás a participação do custo indireto no custo total ficou em 19% e em 23% do custo direto; no Estado da Bahia representou cerca de 10% do custo direto e 9% do custo total do aluno de ensino médio nas escolas pesquisadas da rede estadual. Em Minas Gerais os custos indiretos representaram 13% dos custos diretos e 11% do custo total; no Paraná o custo indireto representou 30% do custo direto e 23% do custo total. São Paulo apresentou uma participação dos custos indiretos de 19% nos custos diretos e de 16% dos custos totais do aluno por ano na rede estadual de ensino médio.

Quadro 7 - Custo Total Médio Por Aluno Por Ano: Comparação Custo Indireto e Custo Direto

ESTADO	CUSTO MÉDIO POR ALUNO POR ANO (Em R\$)			Participação do Custo Indireto (em %)	
	CUSTO DIRETO MÉDIO	CUSTO INDIRETO	CUSTO TOTAL	C.INDIRETO / C.DIRETO	C.INDIRETO / C. TOTAL
PERNAMBUCO	301,44	167,87	469,31	56%	36%
PARÁ	329,38	36,22	365,60	11%	10%
GOIÁS	503,17	117,37	620,54	23%	19%
BAHIA	505,01	49,94	554,95	10%	9%
M.GERAIS	558,75	70,24	628,99	13%	11%
PARANÁ	576,54	173,21	749,75	30%	23%
SÃO PAULO	592,86	110,27	703,13	19%	16%

7. Conclusão

O estudo realizado permitiu uma aplicação da técnica de determinação de custos aplicada ao diagnóstico de situações regionais diversificadas, evidenciando o desempenho regional comparativo. As informações obtidas possibilitarão ao administrador público melhores elementos para planejar a alocação dos recursos, necessários para enfrentar a demanda crescente por ensino de segundo grau no Brasil.

A pesquisa realizada demonstrou a existência de fortes diferenças regionais no custo por aluno ano. Considerando os extremos, observa-se que a diferença chega a 97% no caso dos custos diretos. Dado que o maior item de custo é o salário, a diferença nas remunerações regionais é o principal fator que explica o diferencial custo-aluno. Porém devem ser levantados fatores adicionais importantes tal como o número de alunos por classe, o peso das atividades administrativas, de direção, de apoio e de manutenção e limpeza. A gestão destes fatores possibilitaria uma otimização do custo-aluno sem necessidade de pressionar salários de docentes.

Verificou-se também forte diferença dos custos indiretos por aluno. Distintas formas de administrar e de conceber o uso dos recursos públicos levaram a fortes discrepâncias entre Estados. Como estes custos são basicamente fixos, uma expansão no número de alunos não deve pressionar o gasto total dos estados com, no referente aos recursos alocados nas Secretarias Estaduais, que forma classificados nesta pesquisa como custos indiretos. Pelo contrário, o custo indireto unitário, deve apresentar uma tendência decrescente com o aumento do número de alunos.

Bibliografia:

BACIC, M. J., CARPINTÉRO, J.N.C. “Metodologia de cálculo do custo aluno no ensino fundamental público no Brasil”, **Anais do VI Congresso Internacional de Custos** (em CD-Rom), Universidade do Minho, Braga, Portugal, 1999, 28 págs.

BRASIL. Decreto nº. 2.264 (Regulamenta a Lei no. 9.424) 27/06/1997.

BRASIL. Lei nº. 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 20/12/1996

CARPINTÉRO, J. N., BACIC, M. J., O custo-Aluno no Ensino Fundamental Público no Brasil: Resultados de uma Pesquisa de Campo. **Anais do VII Congreso del Instituto Internacional de Costos y II Congreso de la Asociación Española de Contabilidad Directiva** (em CD-Rom), Universidad de León, España, 2001, 17 pags.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS Estudo Comparativo de custo Aluno nos Diversos Graus e Modalidades de Ensino..**Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, 1981.

ORLOSKY, D. E., MCCLEARY, L. E., SHAPIRO, A., WEBB, L. D **Educational Administration Today**. Columbus, Ohio: C. E. M. Publishing Company, 1984.

THOMAS, H., SIMKIS, T. **Economics and the Management of Education: Emerging Themes**, The Falmer Press, UK, 1987.

WAGNER, R. B. **Accountability in Education– A Philosophical Inquiry**, Routledge, Chapman and Hall, UK, 1989.